

Do Oiapoque ao Chuí: a importância do ensino de Geografia na Educação Básica das cidades gêmeas

De Oiapoque a Chuí: la importancia de la enseñanza de la geografía en la Educación Básica en las ciudades gemelas

Vanessa Oliveira da Silva¹

Ana Dominguez²

Resumo

A Geografia é uma ciência dinâmica fundamental na contemporaneidade, pois seu objeto de estudo, o espaço geográfico e as múltiplas relações entre sociedade e natureza, se adapta e evolui em conjunto com a análise dos fenômenos espacializados em diferentes categorias de análise. No contexto da Educação Básica, seu ensino é imprescindível, pois tem por objetivo proporcionar aos alunos o entendimento da realidade cotidiana com um olhar consciente e crítico. Se tratando de cidades gêmeas localizadas na fronteira, esse desafio torna-se ainda maior e necessário, devido à complexidade destes territórios. Desse modo, o presente artigo tem por objetivo analisar o conceito de cidades gêmeas, estabelecido por normativa nacional, contextualizando com o ensino de Geografia nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica/conceitual, a análise documental e a espacialização das cidades gêmeas, resultando na elaboração de propostas didáticas de acordo com as unidades temáticas da Geografia Escolar.

Palavras-Chave: Educação Geográfica; Fronteira; Cidades Gêmeas.

Resumen

La geografía es una ciencia fundamental y dinámica en la actualidad, ya que su objeto de estudio, el espacio geográfico y las múltiples relaciones entre la sociedad y la naturaleza, se adapta y evoluciona en conjunción con el análisis de fenómenos espacializados en diferentes categorías de análisis. En el contexto de la Educación Básica, su enseñanza es esencial, pues busca brindar a los estudiantes una comprensión de la realidad cotidiana con una perspectiva consciente y crítica. Al tratar con ciudades hermanadas ubicadas en la frontera, este desafío se vuelve aún mayor y más necesario debido a la complejidad de estos territorios. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo analizar el concepto de ciudades hermanadas, tal como lo establece la normativa nacional, contextualizando

¹ Doutoranda em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Maria. nessa.geo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0811-9842>

² Doutora em Geografia, Docente no Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Maria. dominguezana68@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4667-1793>

con la enseñanza de la geografía en los últimos años de la escuela primaria. Para ello, se realizó una revisión bibliográfica/conceptual, un análisis documental y una espacialización de las ciudades hermanadas, lo que resultó en el desarrollo de propuestas didácticas de acuerdo con las unidades temáticas de la Geografía Escolar.

Palabras-Clave: Educación geográfica; Frontera; Ciudades Gemelas.

Introdução

Ao iniciarmos esse artigo, destacamos o título e a expressão “do Oiapoque ao Chuí”, frequentemente utilizada no discurso popular brasileiro, no ensino de Geografia da Educação Básica e nos livros didáticos, para representar os pontos extremos de norte a sul do território nacional, os limites de fronteira e a extensão territorial.

Contudo, essa expressão nos leva a refletir sobre as representações espaciais construídas e reproduzidas no contexto escolar, bem como a realidade diversa que o ensino de Geografia na Educação Básica apresenta nestes territórios. Essas reflexões tornam-se ainda mais necessárias diante das reformas implementadas com a atual Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), que se propõe uma referência nacional para a formulação dos currículos dos diferentes sistemas, das redes escolares nas unidades federativas (estados e municípios) e das propostas pedagógicas das instituições escolares.

O que se propõe no ensino hoje, é uma disciplina escolar que permita aos alunos a compreensão do mundo em que se vive, desenvolvendo o pensamento espacial e o raciocínio geográfico “[...] para representar e interpretar, relacionando componentes da sociedade e da natureza, em permanente transformação, assegurando a apropriação de conceitos para o domínio do conhecimento fatural e para o exercício da cidadania” (Brasil, 2018, p. 359).

A importância da educação geográfica no ensino básico e nos ambientes formais de aprendizagem decorre, dentre tantos objetivos, da reflexão coletiva do modo em que a nossa sociedade está organizada, como nos relacionamos com o entorno e os bens comuns da natureza, e ainda, em que realidade desejamos viver. Essa análise permite entender o espaço geográfico como uma construção coletiva, e não um movimento neutro, mas consciente e intencional.

Entendendo a diversidade de fenômenos e processos geográficos que ocorrem em diferentes espaços-tempo e escalas de análise, é necessário um olhar especial aos territórios de fronteira, com especificidades nas relações que se estabelecem (localização, extensão, conectividade, entre outros). As dinâmicas atuais neste território não são mais lineares e cartesianos, mas relacionais e multidimensionais. Essas relações tornam-se ainda mais presentes nas cidades gêmeas, como territorialidades nas fronteiras, que por seu caráter específico, passam a ser definidas em normativa nacional (Brasil, 2021).

Essa dinâmica é refletida não só nos sujeitos que a compõem e que a produzem, mas nos ambientes escolares, que são um reflexo da sociedade, espaços de socialização, interação e aprendizagem. Assim, além do pertencimento, os alunos possuem o entendimento das relações que se estabelecem em seu próprio território, e as interpretam e reproduzem, utilizando diferentes meios e linguagens.

A Geografia enquanto componente curricular nas ciências humanas, torna-se um referencial para o entendimento da sociedade em constante transformação, contextualizada com a realidade, independente da forma como se apresenta, mesmo com os desafios, antagonismos, vulnerabilidades, desigualdades e conflitos.

Com base nestas proposições, o presente artigo tem por objetivo discutir o conceito de cidades gêmeas, articulando com o ensino de Geografia na Educação Básica em contextos fronteiriços. Para essa análise, foi estruturado em três partes, além da introdução e as considerações finais.

A primeira parte apresenta os caminhos metodológicos utilizados para alcançar o objetivo proposto. A segunda parte apresenta abordagens teóricas sobre fronteiras e cidades gêmeas, com a identificação e localização na faixa de fronteira terrestre brasileira (Brasil, 2021). Por fim, a terceira parte traz uma discussão sobre o Ensino de Geografia nos Anos Finais do Ensino Fundamental nas cidades gêmeas da fronteira brasileira, com propostas didáticas de acordo com as unidades temáticas orientadas na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018).

A seguir apresentaremos os caminhos metodológicos e as abordagens utilizadas na estruturação do artigo.

Caminhos metodológicos percorridos

Para a estruturação deste artigo, foi utilizada uma abordagem metodológica qualitativa, de caráter teórico, fundamentada na análise de conteúdo (Ramires; Pessoa, 2013). Teve como base os referenciais teóricos, dados de fontes primárias e secundárias, percorrendo as seguintes etapas:

- **Revisão Bibliográfica/conceitual:** buscou-se através da literatura, a definição dos conceitos de fronteiras e cidades gêmeas (Machado, 2005, 2006; Kralich *et al*, 2012; Dorfman, 2013; Oliveira, 2015), além de temáticas de Geografia Escolar e Ensino de Geografia (Rodrigues, 2016; Cavalcanti, 2019, 2024; Dorfman, 2021; Callai, 2024) dos quais foi possível inferir as especificidades e a necessidade do ensino contextualizado em territórios fronteiriços.
- **Análise Documental:** realizou-se uma análise das normativas sobre cidades gêmeas na Portaria nº 2.507 (Brasil, 2021), onde avaliou-se os critérios adotados, a lista das cidades brasileiras e os principais tópicos do conceito (linha de fronteira; potencial de integração econômica e cultural; conurbação; manifestações condensadas; problemas característicos da fronteira; desenvolvimento regional; cidadania).

Da mesma forma, analisou-se a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), para verificar as aprendizagens essenciais, as competências gerais, os procedimentos e as práticas. A organização das competências específicas de cada componente curricular (Geografia) estão divididas em unidades temáticas, objetos de conhecimento (conteúdos, conceitos e processos) e habilidades (expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares).

Neste artigo, optou-se por trabalhar com as unidades temáticas, que permitem uma articulação geral do 6º ao 9º ano, e compreende um arranjo dos objetos de conhecimento trabalhados em progressão vertical. Exemplo: 6º ano - O sujeito e seu lugar no mundo (Unidade Temática) - Identidade Sociocultural (Objeto de Conhecimento) - (EF06GE01)

Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos (Habilidade).

- **Espacialização das cidades gêmeas:** nesta etapa realizou-se o mapeamento para localização das cidades gêmeas, utilizando a base de dados da Faixa de Fronteira (Brasil, 2024), sede dos municípios e a malha municipal (Brasil, 2026), editados em ambiente SIG utilizando o Software *QGIS 3.34.7*. Para além, verificaram-se algumas especificidades nestas cidades, sendo a área territorial e a população. Os dados foram dispostos na Tabela 1, a seguir.
- **Propostas Didáticas:** A partir da conceituação adotada pela normativa política e legal de cidades gêmeas e das Unidades Temáticas da BNCC (Brasil, 2018), propuseram-se temáticas e aplicações práticas para o ensino de Geografia nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano).

A seguir apresentam-se as concepções teóricas e conceituais que embasaram a proposta didática. Salienta-se que as discussões do artigo são fundamentadas na pesquisa bibliográfica e nas vivências³, sendo indicado um estudo mais aprofundado sobre essa temática, especificamente no ensino de Geografia em territórios fronteiriços, propostas curriculares e didático-pedagógicas.

Fronteiras em construção: um enfoque relacional

A fronteira é uma construção social com base na organização de um sistema espacial que promove territorialidades com continuidades e/ou descontinuidades, a partir de forças de atração ou repulsão, ou seja, uma realidade geo-histórica envolvendo espaço/tempo (Machado, 2005; Dorfman, 2021; Silva *et al.*, 2025).

Atualmente, são estabelecidas contendo uma linha divisória ou limite internacional, que pode ser material ou simbólico, tendo como elemento condutor os direitos dos povos, e a soberania como garantia/aparato jurídico para a organização dos sistemas espaciais. Tais limites são diferenciados em cada território ou comunidade nacional, a partir de leis, normativas e sistemas de

³ Refere-se à prática docente como professora de Geografia no Ensino Fundamental da cidade gêmea de Santana do Livramento-Rivera, e à pesquisa de tese em desenvolvimento, intitulada “Entre palavras e representações: a cartografia social escolar na fronteira de Santana do Livramento”.

fiscalização e segurança, a exemplo do controle de imigrações e aduanas (Machado, 2005; Kralich et al, 2012).

Por sua vez, considerando a fronteira como um território socialmente construído, as interações são realizadas “apesar da” linha, sendo relações cotidianas nos modos de produção, consumo, trabalho, entre outros. O limite não se torna um elemento divisor, mas define territórios em uma visão integradora e relacional. Tais processos estão associados a territorialização (político - cultural), des-territorialização (econômico - político), multiterritorialização, transterritorialização, em diferentes escalas espaciais - local/global/local (Haesbaert, 2004; Machado, 2005).

A partir deste limite, a fronteira passa a ser constituída de um grupo social que se reconhece no outro. Há uma troca proveniente das assimetrias que se tornam complementaridades. Em um processo de fortalecimento identitário, são estabelecidas relações que podem ser sociais, culturais, econômicas, entre outras. Isto é ainda mais evidente em cidades geminadas que reconhecem uma relação especial, uma consciência partilhada por grande parte da população, geralmente com planos de cooperação que ajudam a criar um sentido mútuo de identidade, conforme veremos a seguir.

Sobre as cidades gêmeas

No território de fronteira, as cidades gêmeas foram originadas de povoados, localidades, vilarejos ou comunidades que tiveram uma importância geo-histórica, onde o seu próprio sentido de identidade está ligado a territórios políticos passados e presentes, como elementos chave no processo de interiorização, povoamento e construção socioespacial. O que historicamente foi periférico em relação ao centro de decisão dos países, posteriormente estratégico para a defesa do território, agora ganha destaque com as novas relações espaciais pela localização e proximidade de uma fronteira internacional.

Ser fronteiriço, especialmente vivendo em cidades gêmeas, significa possuir uma memória coletiva relacionada aos elementos de convivência diária e a busca entre o equilíbrio de relações de competição e cooperação, sejam elas devido às diferenças (identitárias, étnicas, culturais,

economicas), por barreiras naturais (por vez superadas ou ainda potencializadas), as relações pendulares (trabalho, comércio, trocas), de produção (terra, trabalho, capital, serviços públicos e privados), ou ainda nos simbolismos e afetos (manifestações culturais, festividades, etc), com efeitos diretos na sociedade local.

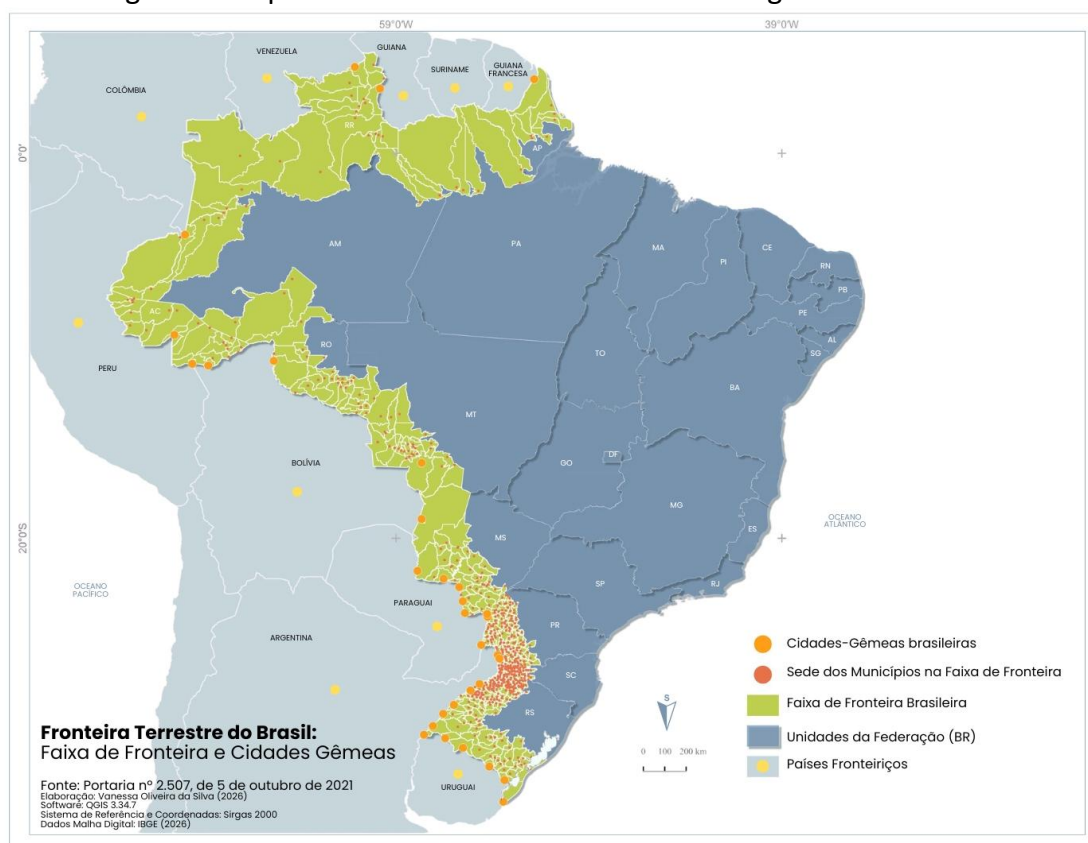
Para entender a importância e representatividade deste território, destacamos que no Brasil a faixa de fronteira⁴ se constitui com “até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres” (Brasil, 2021), em uma área de 1.421.332,566 km² (16,7% da área do país), abrangendo municípios com área total ou parcial inclusa nesta faixa, distribuídas em onze (11) Unidades da Federação, fazendo divisa internacional com dez (10) países, destacando-se como maior elemento integrador, as cidades gêmeas, conforme observamos na Figura 1. Na faixa de fronteira, são trinta e três (33) cidades gêmeas, do Oiapoque ao Chuí, distribuídas em (03) três regiões do país e nove (09) Unidades Federativas, ou seja, uma parcela significativa, cujas territorialidades possuem características únicas, conforme descrito no Tabela 1.

O conceito de cidades gêmeas foi aplicado na portaria nº 213 de 19 de julho de 2016 (pelo antigo Ministério da Integração Nacional, já extinto), em que estabeleceu os critérios adotados para a definição e a lista todas as cidades brasileiras, considerando a importância para a integração fronteiriça e, conseqüentemente, para a sul-americana. Posteriormente o Ministério do Desenvolvimento Regional atualizou o conceito (no Art. 1º da Portaria nº 2.507, de 05/10/2021) que passou a ser utilizado pelo o IBGE, definindo as cidades gêmeas como “[...] os Municípios **cortados pela linha de fronteira**, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem **grande potencial de integração econômica e cultural**, podendo ou não apresentar uma **conurbação** ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como **manifestações**

⁴ A “faixa de fronteira” é o resultado de um processo histórico, que tem por base a preocupação do Estado com a garantia de sua soberania e independência nacional desde o período colonial. Foi estabelecido em leis e ratificadas no Artigo 20, § 2º da Constituição de 1988 (Brasil, 1988), que identifica uma área estratégica para o Estado brasileiro, estabelecendo-lhe uma largura de 150 km, tendo como foco principal a segurança e defesa territorial, sendo portanto um território que possui um tratamento diferenciado em relação ao restante do país, e que portanto, a dimensão e natureza podem sofrer alterações, de acordo com realidades políticas distintas (PRADO, 2016).

condensadas dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o **desenvolvimento regional e a cidadania**” [grifo nosso] (Brasil, 2021).

Figura 1- Mapa da Faixa de Fronteira e das cidades gêmeas brasileiras



Org.: Elaborado pela autora (2026).

Nestes espaços, existem dinâmicas sociais distintas, geralmente ligadas em redes ou jurisdições de articulação regional ou internacional, que ampliam sua capacidade institucional e de relacionamento com outros atores. Em meio a alteridade e diplomacia das entidades nacionais (departamentos, estados, municípios, etc), são estabelecidas relações interdependentes que culminam em propostas de integração e ações de cooperação, permitindo a origem de fenômenos locais e intraurbanos (Steiman e Machado, 2002; Machado, 2005; Dorfman, 2009).

Tabela 1 – Especificidades das cidades gêmeas brasileiras em área e população (2026).

Cidade-Gêmea	Região	UF	Área km²	População (hab)
<i>Assis Brasil</i>	Norte	AC	4.979,073	8.100
<i>Brasília</i>	Norte	AC	3.928,174	26.000
<i>Epitaciolândia</i>	Norte	AC	1.652,674	18.757
<i>Santa Rosa do Purus</i>	Norte	AC	6.155,858	6.723
<i>Tabatinga</i>	Norte	AM	3.260,103	73.348
<i>Oiapoque</i>	Norte	AP	23.058,224	30.786
<i>Guajará-Mirim</i>	Norte	RO	24.856,877	39.387
<i>Bonfim</i>	Norte	RR	8.079,914	13.923
<i>Pacaraima</i>	Norte	RR	8.025,045	19.305
<i>Bela Vista</i>	Centro-oeste	MS	4.899,440	21.613
<i>Coronel Sapucaia</i>	Centro-oeste	MS	1.023,727	14.289
<i>Corumbá</i>	Centro-oeste	MS	64.432,450	96.268
<i>Mundo Novo</i>	Centro-oeste	MS	478,380	19.193
<i>Paranhos</i>	Centro-oeste	MS	1.307,092	12.921
<i>Ponta Porã</i>	Centro-oeste	MS	5.359,354	92.017
<i>Porto Murtinho</i>	Centro-oeste	MS	17.505,200	12.859
<i>Cáceres</i>	Centro-oeste	MT	24.495,510	89.681
<i>Barracão</i>	Sul	PR	161,213	9.759
<i>Foz do Iguaçu</i>	Sul	PR	609,192	285.415
<i>Guaira</i>	Sul	PR	563,742	32.097
<i>Santo Antônio do Sudoeste</i>	Sul	PR	325,651	23.673
<i>Aceguá</i>	Sul	RS	1.551,339	4.170
<i>Barra do Quaraí</i>	Sul	RS	1.055,937	4.241
<i>Chuí</i>	Sul	RS	202,387	6.262
<i>Itaqui</i>	Sul	RS	3.406,606	35.768
<i>Jaguarão</i>	Sul	RS	2.051,845	26.603
<i>Porto Mauá</i>	Sul	RS	105,811	2.142
<i>Porto Xavier</i>	Sul	RS	281,497	9.938
<i>Quaraí</i>	Sul	RS	3.139,995	23.500
<i>Santana do Livramento</i>	Sul	RS	6.946,407	84.421
<i>São Borja</i>	Sul	RS	3.616,690	59.676
<i>Uruguiana</i>	Sul	RS	5.702,098	117.210
<i>Dionísio Cerqueira</i>	Sul	SC	378,843	15.008

Fonte: IBGE (2026).

Estar na fronteira entre dois países, significa estabelecer um elo de manifestação cotidiana que dá “vida” à sociedade e as relações, é um entremeio de estar entre duas realidades. É uma relação forte, que recebe uma conceituação metafórica e biológica: “gêmeas”. São elementos que têm uma origem única e que se repetem “em ambos os lados da linha”, criando vínculos comunitários, envolvendo diversos setores da sociedade, criando uma identidade própria.

Por possuírem uma relação tão única, passam a ter um terceiro elemento e processo territorial, a transterritorialidade. São cidades transfronteiriças, ou como Krauch (2012, p. 122) definem, podem ser chamadas de “[...] *conurbaciones o aglomeraciones transfronterizas o trasnacionales, porque no dejan de ser unidades urbanas con autonomía (administrativa y funcional) pero cuya interconexión, especialmente en las prácticas cotidianas, suele ser más intensa que con el entorno circundante*”.

De acordo com a conceituação de Prado (2016, p. 35), “[...] as cidades gêmeas são espaços localizados dentro da faixa de fronteira, onde as relações transfronteiriças são realizadas como núcleos articuladores que perpassam informações e representações das relações políticas e econômicas, adquirindo importância significativa a nível de relações locais, regionais, nacionais e transnacionais.

Segundo Haesbaert e Mondardo (2011, p. 34) a transterritorialidade não envolve apenas a passagem de um território ou territorialidade para outra, mas a transição deste, para “muito mais híbrida”, um movimento, “atravessamento” e imbricação territorial. São “[...] *territorialidades móviles, temporarias y de límites elásticos*” (Kralich, 2012, p. 113). Sua importância não se restringe ao local, mas na relação local - global - local.

Apesar dessas características, a análise das cidades fronteiriças deve estar vinculada a uma abordagem territorial e às territorialidades, pois são esses aspectos que interferem em maior ou menor grau de integração ou dispersão nesses espaços. São estas características que determinam a importância do ensino de Geografia nestes territórios, considerando a multiplicidade de processos, construído coletivamente, em constante transformação.

Considera-se assim, a necessidade de atenção especial à comunidade escolar e aos alunos, que correspondem uma parcela significativa da população e que representam a sociedade local, e um grupo social identitário.

Ensino de Geografia nas cidades gêmeas da fronteira brasileira

Na Geografia, tradicionalmente o estudo das fronteiras esteve relacionado a um espaço linear e cartesiano, como sendo a periferia de irradiação do poder político. Assim, o Território e Terra possuíam o mesmo significado, e a fronteira um limite (que poderia ser expandido ou conquistado). Posteriormente, com as mudanças na sociedade e na economia, principalmente a partir da década de 1990, a preocupação com limites e fronteiras adquiriu uma nova reconfiguração, em conjunto com as novas organizações e processos mundiais, a exemplo da Globalização.

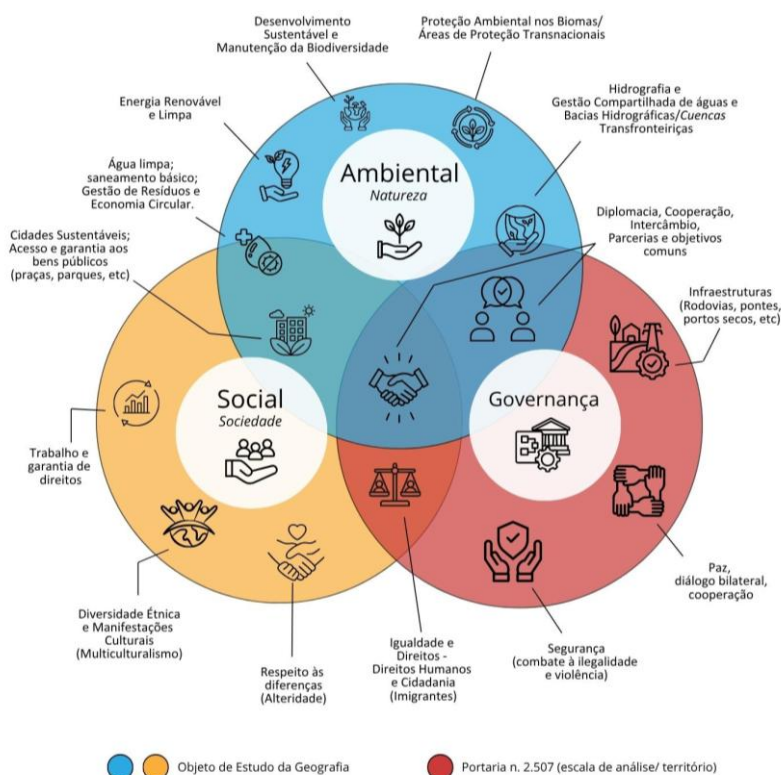
Essa transformação tornou as relações muito mais híbridas e interconectadas, extrapolando o limite territorial de um país, exercendo influências e relações além das fronteiras, não só na economia, mas na geopolítica e cultura. Atualmente, observamos novamente o tema de fronteiras emergir com necessidade de contextualização e ensino para o entendimento das relações que se estabelecem a nível mundial, e que interferem diretamente no cotidiano dos alunos.

Apesar do limite internacional (linha de fronteira) ainda permanecer como o aparato jurídico e garantia de direito, a consideramos enquanto conceito epistemológico, como uma construção social, geradora de forças de atração ou repulsão (Silva, 2025). É a territorialidade fronteira que determina sua organização espacial, e que leva a compreensão dos fenômenos geográficos.

No meio escolar, na Educação Básica, a fronteira permaneceu sendo representada a partir de seu caráter centralista, reforçando os limites nacionais, sendo representada cartograficamente através dos mapas. São limites com caracterização de divisão linear do conhecimento, e representam um desafio a ser transposto. São elementos que devem ser contextualizados em sala de aula, não só pelo conteúdo, mas pela forma didática com que se trabalha e as metodologias utilizadas (Rodrigues, 2016).

Assim, a partir da conceituação de cidades gêmeas apresentadas anteriormente, e como escala de análise que este artigo se propõe pesquisar, identificamos a possibilidade de incorporar essa normativa e aplicá-la no ensino de Geografia, articulando diferentes temas e conteúdos. Portanto, sugerem-se temas específicos nestas unidades, representados no esquema abaixo (Figura 2), que assim se subdividem:

Figura 2 - Eixos temáticos a serem trabalhados no ensino de Geografia nas cidades gêmeas.



Org.: a autora (2026).

Para o ensino da Geografia nos Anos Finais do Ensino Fundamental, a BNCC (Brasil, 2018) propõe a divisão dos conteúdos em cinco *unidades temáticas* comuns do 6º ao 9º ano, em uma progressão das habilidades, sendo eles: O sujeito e seu lugar no mundo; Conexões e escalas; Mundo do trabalho; Formas de representação e pensamento espacial; e Natureza, ambientes e qualidade de vida.

Deve-se trabalhar em uma análise crítica, problematizadora, adaptando aos alunos, com os recursos disponíveis para o processo educacional na educação Básica, pois o ensino deve preocupar-se com o conteúdo, mas também o modo como desenvolver o pensamento geográfico dos alunos para que este conhecimento seja internalizado.

a) Sujeito e seu lugar no mundo: trabalhar conceitos de pertencimento e identidade por meio de experiências no tempo e espaço para que os alunos ampliem o conhecimento sobre si e

sobre a comunidade, considerando as diferenças (étnicas, raciais, culturais, entre outros). Para tanto, devem utilizar-se de representações, sejam elas as artes (produções literárias, música, esculturas, artesanato, audiovisuais, fotografias, entre outros), os mapas, a linguagem (entrevistas, contos/lendas, dialeto/linguajar local, bilinguismos a exemplo do portunhol), experiências (gastronomia, brincadeiras, roteiros turísticos, trabalhos de campo, visitação e identificação dos pontos de memória e locais históricos).

Em territórios de fronteira, especialmente nas cidades gêmeas, deve-se trabalhar com o reconhecimento coletivo através da alteridade, do conhecimento e valorização do outro enquanto sujeito e agente promotor das relações, formando alunos conscientes, cidadãos, democráticos e solidários. Deve-se salientar que o fato das culturas estarem em contato, além dos processos migratórios e imigratórios, promove a construção de uma diversidade, caracterizando a multiculturalidade. Essas características determinam uma identidade territorial única, o ser *fronteiriço/fronterizo/doble chapa*⁵.

Para uma formação crítica, sugere-se trabalhar com temáticas presentes no dia a dia dos alunos e possíveis conflitos na fronteira, como legalidades/ilegalidades, violências, informalidade, diferenças sociais, diferenças de acessos, problemas sociais migratórios (adaptação a cultura local), entre outros, que na normativa refere-se aos “problemas característicos da fronteira” (Brasil, 2021).

b) Conexões e escalas: está relacionado com a definição de cidade gêmea no que se refere ao “grande potencial de integração” e “desenvolvimento regional” (Brasil, 2021). Deve-se apresentar aos alunos o caráter multiescalar, a nível local-global-local, bem como os processos geográficos que acontecem nestes territórios (des/territorialização; transterritorialização).

⁵ Expressão muito popular na fronteira, especialmente entre Brasil e Uruguai, cujo termo refere-se às pessoas que possuem dupla nacionalidade ou que transitam diariamente em ambas as cidades (para trabalho ou estudo).

Na escala transnacional, podemos citar as iniciativas de corredores de integração, a exemplo dos blocos econômicos como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)⁶ e a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)⁷.

A nível regional, observamos os acordos de cooperação influenciarem fortemente na integração, e assim como a escala transnacional, busca-se a livre circulação de bens, serviços, comércio e pessoas, com a eliminação das limitações aduaneiras (diferenças de moedas/câmbio; lei dos *Free shops*) e migratórias (processos migratórios e o turismo). Essa escala ainda envolve agentes do Estado e a participação a nível nacional, “de cada lado” da fronteira. Além destes, encontramos os grupos de estudos e comitês de fronteira, os agentes e organizações locais, como os comerciantes, instituições de ensino, lideranças políticas, entre outros.

Já a nível local, os professores têm a maior oportunidade de trabalhar com os elementos locais e binacionais, ou seja, “as manifestações condensadas”, os conflitos “problemas característicos da fronteira” e a “cidadania” (Brasil, 2021). É na escala local que se realiza uma abordagem acerca da “conurbação”, e segundo Kralich (2012, p.120), é “[...] *una expresión material particular de la espacialidad social, a partir de una continuidad de edificación urbana que abarca uno o más distritos jurídico-administrativos contiguos; las duplas desarrolladas en vecindad, a uno y otro lado del límite internacional*”.

É preciso trabalhar com os alunos como essas questões influenciam ou não em sua vivência, como os espaços públicos compartilhados, os espaços de convivência e lazer. São esses elementos multiescalares que constroem territorialidades e identidade fronteiriça que, por vezes, diferem da realidade em que os estudantes estão inseridos, a exemplo do caráter comercial e de bens de

⁶ É uma organização intergovernamental regional sul-americana fundada a partir do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991 e com sede em Montevidéu.

⁷ A IIRSA constitui-se em um mecanismo institucional de coordenação de ações intergovernamentais dos doze países sul-americanos, tendo como objetivo construir uma agenda comum para alavancar projetos de integração da infraestrutura de transporte, energia e comunicações. Esta iniciativa foi inspirada no princípio de que a integração da infraestrutura regional promoveria a criação de um espaço privilegiado de cooperação de fundamental importância para o desenvolvimento socioeconômico sustentável (IIRSA, 2026).

serviço da fronteira, que gera uma organização territorial e espacial em torno das cadeias comerciais e de mobilidade (consumo, acordos de cooperação para residência e trabalho, *permiso*⁸).

c) Mundo do trabalho: nessa unidade devem ser estudados os modos produtivos e as divisões do trabalho que se estabelecem na fronteira e na conurbação, com destaque aos processos e técnicas produzidos pelas sociedades locais, definindo os setores da economia, principalmente o setor de bens, serviços e comércio.

No que se refere principalmente às áreas urbanas, temos o destaque aos processos do mundo do trabalho, as divisões de classes e a garantias dos direitos, que são discutidos por meio de normativas e acordos binacionais. Destaca-se o caráter pendular diário ou semanal dos trabalhadores fronteiriços (migrantes, em atividade num outro país) que possuem residência em “um dos lados” das cidades gêmeas.

É preciso pontuar também o caráter fronteiriço das organizações de propriedades e empresas, muitas vezes compostas por organizações familiares híbridas, com dupla nacionalidade ou “*doble chapa*” o que torna ainda mais complexa essa relação, explorando as possibilidades em ambos os lados da fronteira, utilizando a mão de obra local.

d) Formas de representação e pensamento espacial: essa unidade deve ser disruptiva, no sentido de trabalhar com a representação das cidades gêmeas através de práticas coletivas e colaborativas que contemplem a espacialidade dos fenômenos geográficos “em ambos os lados” da fronteira. Para tanto, trabalha-se com diferentes recursos para contextualização, como linha do tempo, roteiro transnacional, mapas (colaborativos e participativos), maquetes, imagens de satélite, fotografias, áudios e vídeos, arte, desenhos, artesanatos, entre outros.

Nos Anos Iniciais sugere-se trabalhar com estratégias de letramento e alfabetização cartográfica, e as relações dos fenômenos a partir do raciocínio geográfico (elementos básicos da cartografia: lateralidade, orientação, escalas, localização, etc) e nos Anos Finais a extensão, correlação, diferenciação e analogia espacial, onde os alunos sejam capazes de não só ler os mapas

⁸ *Permiso de Entrada*, ou “Cartão de Entrada” são autorizações, por tempo determinado, expedido pela Polícia Federal, ou autoridade responsável pelo controle migratório nos postos de fiscalização localizados na fronteira.

de forma crítica, mas produzi-los. São representações de elementos subjetivos (simbólicos e imateriais) e objetivos (materiais e físicos).

e) Natureza, ambientes e qualidade de vida: nas cidades gêmeas, deve-se trabalhar com os elementos da natureza como bens comuns, a serem utilizados para subsistência, mas protegidos em ações comuns e governança transnacional (quando é um bem público, a exemplo das águas/bacias hidrográficas/cuencas). Deve-se destacar a transformação a partir da perspectiva dos diferentes modos de vivências e modos produtivos dos grupos sociais, e como essas ações impactam “o outro lado”.

Com bases nessas características, busca-se entender os conflitos ambientais e a compreensão dos processos naturais em uma sociedade impactada pelo sistema capitalista, que avançam de modo exponencial em diferentes estruturas de exploração que transpõem os limites de fronteira, e se expandem nos territórios. Podemos citar como exemplo os modos produtivos das monoculturas (*commodities*, soja, silvicultura, etc) e as mudanças climáticas, como elementos que podem desencadear “os problemas característicos da fronteira” (Brasil, 2021).

Uma vez identificados, deve-se trabalhar com os alunos a busca por soluções sustentáveis e coletivas que influenciam no “desenvolvimento regional” (Brasil, 2021), por meio do desenvolvimento sustentável em ações como as redes de energia limpa, a economia circular na gestão de resíduos sólidos, inclusão social, entre diversas outras iniciativas destacadas anteriormente na Figura 2.

Considerações finais

Entendendo as fronteiras como uma construção social, vemos a governança atuando como um agente neste território, a exemplo da normativa contextualizada e analisada neste artigo, que estabelece o conceito de cidades gêmeas nacionais e os critérios adotados para essa definição.

Observamos a partir da análise realizada neste artigo, que as cidades gêmeas são originadas de uma construção da territorialidade política e cultural, através das relações espaciais que se estabelecem em “ambos os lados”, e além de possuir uma dinâmica local que articula fenômenos binacionais.

Dessa forma o ensino da Geografia, através de diferentes conteúdos, unidades temáticas, e práticas didático-pedagógicas, é um exemplo de como trabalhar questões como (con)vivência, respeito às diferenças e espaços compartilhados. Do Oiapoque ao Chuí, surge uma oportunidade, com novas formas de construção de realidade participativa e colaborativa que destoam da lógica imposta. Ao experienciar as contradições de seus territórios, professores e alunos, unidos no processo educativo, elaboram novas possibilidades de aprender a Geografia.

Não é uma tarefa fácil, no sentido de que o processo educativo é um reflexo do conjunto de políticas públicas e programas, e da realidade local, que interferem no currículo das diferentes unidades federativas. São possibilidades de pensar como as cidades gêmeas educam para a alteridade, multiculturalidade e cidadania, além de permitir pensar soluções em diferentes perspectivas, em gestão comum e integrada.

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSM, que possibilita toda a estrutura para a realização da pesquisa. Destaca-se que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

ALMEIDA, M. G. de. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista Da ANPEGE**, v. 2, n. 2, 2017, p. 103–114. <https://doi.org/10.5418/RA2005.0202.0009>

BENTANCOR, G. T. Las fronteras en un contexto de cambios: la vida cotidiana en ciudades Gemelas-Rivera (Uruguay) y Sant’ana do Livramento (Brasil). **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 18–42, 2008. DOI: 10.5216/ag.v2i1.3897. <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/3897>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado Federal, 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

BRASIL. **Portaria nº 2.507, de 5 de Outubro de 2021.** Estabelece o conceito de cidades gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Ministério do Desenvolvimento Regional. Brasília: Diário Oficial da União, 2021. https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/programa-fronteira-integrada-pfi/cidades_gemeas/portaria-no-2-507-de-5-de-outubro-de-2021.pdf

BRASIL. **Municípios da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE, 2024. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html>

BRASIL. **Malha Municipal Digital e Áreas Territoriais 2025.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE, 2026. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?edicao=46228&t=downloads>

CALLAI, H. C; KOHN, N. B. P. O estudo da cidade: lugares para criar um olhar crítico sobre o mundo atual. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 14, n. 24, p. 05 - 21, 2024. <https://doi.org/10.46789/edugeo.v14i24.1421>

CAVALCANTI, L. de S. **Pensar pela Geografia: ensino e relevância social.** Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

CAVALCANTI, L. de S. **Ensinar e aprender Geografia: elementos para uma didática crítica.** Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2024.

DORFMAN, A. **A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil.** In: Nascimento, D. M; PORTO, J. L. R. (Orgs). *Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa e segurança da Amazônia.* Belém: NAEA, 2013. p. 97-125. <https://naea.website/editora-naea/Livros/isbn/978-85-7143-109-6.pdf>

DORFMAN, A. et al (org). **Ensinando fronteiras: projetos estatais, representações sociais e interculturalidade.** Porto Alegre: Editora Letra1; Editora Diadorim, 2021.

DORFMAN, A; MARTINELLO, A. S.; MORAES, C. Fronteiras: objetos espaciais da diferença e da identidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 47, n. 1, p. 7-11, 2020.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Porto Alegre: s.ed., 2004.

HAESBAERT, R; MONDARDO, M. L. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva latino-americana. **GEOgraphia**, v. 12, n. 24, Niterói, jul./dez, p. 19-50, 2011.

IBGE. **Municípios da Faixa de Fronteira e cidades gêmeas,** 2024. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=downloads>

IIRSA. Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana. **Plano de Ação Estratégico**. Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento União das Nações Sul-Americanas, 2026. https://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/II_COSIPLAN_2011_PAE_port_final.pdf.

KRALICH, S.; BENEDETTI, A; SALIZZI, E. Aglomeraciones transfronterizas y movilidad: una aproximación desde casos sudamericanos. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 38, p. 111-136, 2012.

MACHADO, L. O. Cidades na Fronteira Internacional: conceitos e tipologias. **Anais... II Conferência Internacional de desenvolvimento urbano em cidades de Fronteira**. Instituto de Arquitetos do Brasil. Foz do Iguaçu. Abr. 2006, p. 58-69.

MACHADO, L. O. *et al.* **O desenvolvimento da faixa de fronteira**: uma proposta conceitual-metodológica. *In*: OLIVEIRA, T. C. M. de (org.). Território sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005. p. 87-112.

OLIVEIRA, T. M. de. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas: reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v. 11, n.15, p. 233-256, jan-jun. 2015.

PRADO, H. S. A fronteira e as perspectivas para as cidades gêmeas brasileiras. Século XXI, **Revista de Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 31-52, 2016.

RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. **Pesquisas qualitativas**: referências para pesquisa em geografia. *In*: MARAFON, G. J. *et al.* Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 22-35, 2013. <https://doi.org/10.7476/9788575114438.0003>.

RODRIGUES, A. L. Fronteira e território: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico. **Produção Acadêmica**, v. 1, n. 2, p. 139-157, 2016. <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/2002>

SILVA, V. O.; DOMINGUEZ, A.; DAVID, C. de. **Estudo das fronteiras na geografia escolar**: para além da divisão territorial (geo)política. *In*: LUZ NETO, D. R. S.; SOUZA, F. E. de; OLIVEIRA, F. (Orgs.). Educação geográfica no mundo contemporâneo: dilemas, perspectivas e proposições. Científica Digital: São Paulo, p. 140 - 160, 2025. DOI:10.37885/250118717. <https://www.editoracientifica.com.br/artigos/estudo-das-fronteiras-na-geografia-escolar-para-alem-da-divisao-territorial-geopolitica>.

STEIMAN, R; MACHADO, L; O. **Limites e fronteiras internacionais**: uma discussão histórica-geográfica. *In*: TRINCHERO, H.; OLIVEIRA, T. (Orgs.). Fronteiras platinas: território e sociedade. Dourados, MS: Ed. UFGD. p. 1 - 16, 2012.

https://www.researchgate.net/publication/343555549_Limites_e_fronteras_internacionais_uma_discussao_historico-geografica.